

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

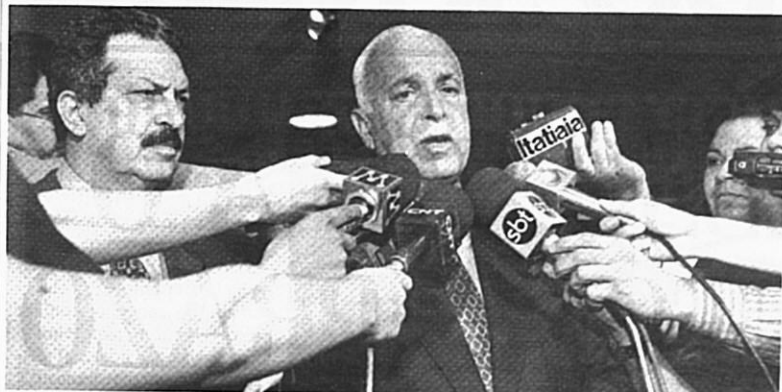
Ano III - Nº 608 - Brasília, sexta-feira, 12 de dezembro de 1997

CONGRESSO VOTA O ORÇAMENTO NO PRAZO



Acima, parlamentares aplaudem o Congresso ao final da votação do Orçamento. Ao lado, ACM preside a sessão da tarde

O Congresso Nacional, presidido pelo senador Antonio Carlos Magalhães, aprovou ontem por votação simbólica o Orçamento da União para o próximo ano. É a primeira vez, desde 1989, que os parlamentares aprovam a lei orçamentária dentro da sessão legislativa anterior. O texto final - o substitutivo do deputado Aracely de Paula - foi mantido como saiu da Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna. O plenário rejeitou duas emendas destacadas para votação em separado. O resultado final foi aplaudido pelos parlamentares. **Páginas 4 e 5**



Antonio Carlos quer incluir na pauta também a limitação da edição de MPs e o efeito vinculante

Convocação só se for para votar as reformas, diz ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que a convocação extraordinária do Congresso Nacional "só se justifica se for para concluir a votação das reformas constitucionais": a previdenciária e a administrativa. O senador defendeu também a inclusão na pauta do projeto que limita a edição de medidas provisórias e o do efeito vinculante das decisões do Supremo. Os trabalhos devem começar no dia 6 de janeiro.

- Eu acho que o efeito vinculante é indispensável. O ministro Moreira Alves disse que o Supremo está às vésperas da falência e que a emenda desafogaria em quase 80% o volume de matérias. A Constituição de 88 é muito detalhista, e todos os casos relativos a ela vão parar no Supremo. Acho que a Câmara deve votar, com urgência, o efeito vinculante e a limitação das medidas provisórias também - afirmou.

Na opinião do presidente do

Senado, a convocação poderia começar em 6 de janeiro, a fim de que as votações de plenário comecem, efetivamente, no dia 12. Antonio Carlos acredita que uma semana de trabalho a mais não vai interferir negativamente no desempenho dos parlamentares e poderá fazer a diferença necessária ao esgotamento da pauta.

- Eu proponho que seja mais cedo; agora, o presidente da República é quem decide - ressaltou.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
Pauta: * Redação final do PLC nº 118/84 - institui o Código Civil; * PLC nº 55/97 - acrescenta incisos ao parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 8.691/93; quinto e último dia de discussão da *PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; * PDL nº 90 - aprova o texto do Acordo Constitutivo do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe; * PDL nº 21 - aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe, entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos; * PDL nº 92/97 - aprova o texto do Acordo para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Polónia; * PDL nº 101/97 - aprova o texto do Acordo para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Itália; * PDL nº 103/97 - aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Alemanha; * PLC nº 39/96 - acrescenta parágrafos ao art. 928 da Lei nº 5.869/73 - Código de Processo Civil (concessão de liminares em conflitos pela posse rural); * PLC nº 35/97 - concede pensão especial a Gelson José Braz; * Projeto de Resolução nº 126/97-CN - institui o Prêmio Cruz e Sousa; * Parecer nº 802/97 - o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do senhor Germano Arnoldi Pedrozo para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do general-de-exército Luiz Guilherme de Freitas Coutinho; * Parecer nº 818/97 - o presidente da República

submete à deliberação do Senado a escolha do senhor Jacônias de Aguiar para compor a primeira diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel; e * Parecer nº 819/97 - o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do senhor Luciano Pacheco Santos para compor a primeira diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

COMISSÃO

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: * PLS nº 146/92 - dispõe sobre a inclusão do Vale do Jequitinhonha do estado de Minas Gerais na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene; * PLC nº 46/97 - dispõe sobre a prestação de contas de aplicação de recursos a que se refere a Lei nº 8.742/93; * Ofício "S" nº 85/97 - encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul, relativo ao pedido de elevação temporária dos limites previstos na Resolução nº 69/95 do Senado Federal, de forma a permitir que o estado possa realizar operação de crédito junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de trinta e oito milhões, seiscentos e vinte e nove mil e novecentos reais, cujos recursos serão destinados ao financiamento de parte do Projeto de Renovação do Transporte Coletivo por Ônibus nos Corredores Norte e Nordeste da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA; e * Projeto de Resolução nº 49/96 - dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização.

Projeto de serviço militar alternativo vai à Câmara

Projeto de lei que inclui os poderes Legislativo e Judiciário, além do Executivo, nos três níveis de governo - federal, estadual e municipal -, nas atividades previstas para prestação do serviço alternativo ao serviço militar obrigatório foi enviado à Câmara dos Deputados. De autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), a proposição tem como objetivo possibilitar a permanência do cidadão no seu próprio domicílio.

O serviço alternativo tem como propósito atender, em tempo de paz, aos que, depois de alistados, alegarem imperativo de consciência decorrente de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política para se eximir de atividades de caráter essencialmente militar. Atualmente, esse serviço é prestado em organizações militares da ativa, em

órgãos de formação de reservas das Forças Armadas ou subordinados aos ministérios civis, mediante convênios com os ministérios militares.

A proposição apresentada por Simon altera dispositivos da Lei nº 8.239/91, que regulamenta o artigo 143 da Constituição e condiciona a prestação do serviço alternativo nos órgãos que especifica à existência de convênios com os ministérios militares, desde que haja interesse recíproco e que sejam atendidas as aptidões do candidato. Por lei, entende-se por serviço alternativo "o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, em substituição às de caráter essencialmente militar". Pedro Simon acrescentou a palavra "comunitário".



Para Simon, o jovem pode trocar as Forças Armadas por órgão público

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluces Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

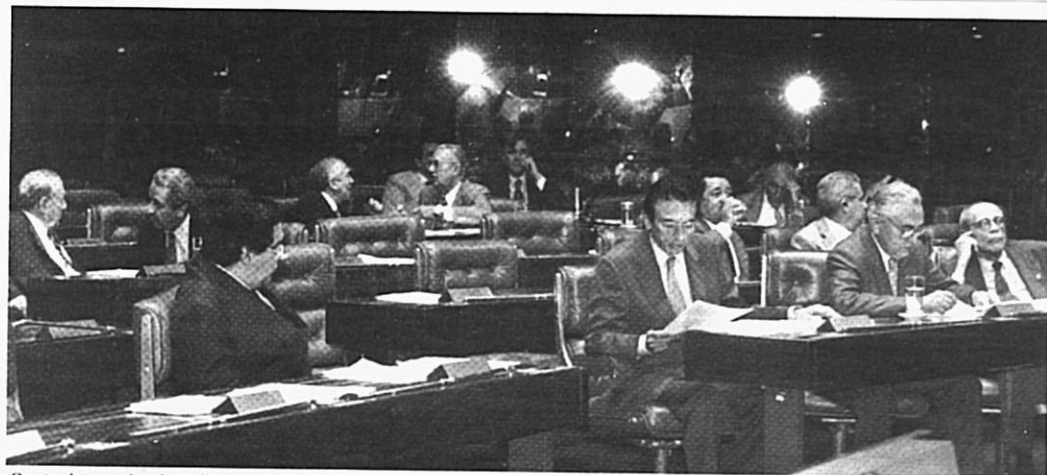
Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br



Os atos internacionais acolhidos pelo plenário e que seguem agora para promulgação foram firmados pelo governo ao longo dos últimos anos

Ato incluem fundo para atendimento dos povos indígenas da América Latina e do Caribe e cooperação técnica para o desenvolvimento das áreas científica e tecnológica

Senado aprova cinco acordos com países da América e da Europa

Cinco projetos de decreto legislativo referentes a atos internacionais foram aprovados ontem pelo plenário do Senado e agora vão a promulgação, entre eles o Acordo Constitutivo do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe, assinado pelo governo brasileiro em Madri, em 1992.

Outro ato aprovado pelos senadores é o Acordo para o Estabelecimento do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Especiais para a América Latina e o Caribe, firmado entre o governo brasileiro e o do México, concluído em março deste ano, em Brasília.

Também recebeu aprovação o Acordo para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Brasil e a Polônia, em Varsóvia, em 1996. Foram ainda aprovados o Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre o Brasil e a Alemanha, no ano passado; e o Acordo para Cooperação Científica e Tecnológica, assinado entre o Brasil e a Itália, em fevereiro deste ano.

Plenário vota hoje pedidos de empréstimos do Paraná

O Senado aprovou ontem os requerimentos de urgência que permitem a votação hoje de autorização para os empréstimos solicitados pelo governo do Paraná. O primeiro requerimento aprovado refere-se a operação de crédito externo no valor de US\$100 milhões, com garantia da União, entre o Paraná e o BID. Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio desse estado.

O segundo requerimento é para votação urgente de autorização do Senado para o Brasil conceder aval a operação de crédito externo de 23,6 bilhões de ienes (moeda japonesa), entre o governo do Paraná e o Fundo OECF (The Overseas Economic Corporation Fund). Os recursos visam ao financiamento parcial de projeto de saneamento ambiental, a

ser executado pela Companhia de Saneamento do Paraná.

Em seguida, o Senado aprovou urgência para votar o projeto referente a operação de crédito de US\$ 175 milhões junto ao Bird, cujos recursos destinam-se a um programa de

Recursos serão aplicados em programas educacionais, de saneamento básico e de combate à pobreza rural

alívio à pobreza rural e ao gerenciamento de recursos naturais. Em ofício enviado ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, José Serra (PSDB-SP), o ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse considerar elegível a concessão dessas autorizações de empréstimo.

Depois de pedir verificação do quorum para a votação desses requerimentos de urgência, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) sustentou que a

aprovação desses pedidos de endividamento na CAE foi irregular e descumpriu a Resolução 69 do Senado, que fixa os parâmetros do endividamento dos estados e municípios. Ele informou ter apresentado projeto de lei

para que o Senado abra mão dessas normas de contenção do endividamento público e passe a contentar-se com cartas do ministro da Fazenda para autorizar qualquer empréstimo solicitado.

Na mesma sessão, o Senado aprovou urgência para o projeto de lei que atribui aos municípios coeficiente individual no FPM (Fundo de Participação dos Municípios), segundo o número de habitantes. O projeto permite a revisão das quotas anuais do fundo, com base nos dados oficiais da população (veja matéria na página 6).

Redação final do Código Civil entra em votação

O plenário do Senado vota hoje a redação final do projeto de novo Código Civil, que irá substituir o código vigente há 80 anos. O projeto será remetido novamente à Câmara dos Deputados por causa das emendas feitas pelos senadores.

O projeto oriundo da Câmara foi analisado por uma comissão especial, tendo como relator-geral o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), que, após estudar mais de 300 emendas e ouvir dezenas de juristas, professores e juizes, adaptou o texto à Constituição, propondo algumas alterações que foram acatadas pelo plenário no último dia 26 de novembro.



Josaphat, relator do Código

Senadores homenageiam os 100 anos de Belo Horizonte

O Senado Federal dedica a primeira hora da sessão deliberativa de hoje para homenagear o centenário da cidade de Belo Horizonte.

A homenagem foi requerida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG) que será um dos oradores juntamente com Júnia Marise (PDT-MG) e Leonel Paiva (PFL-DF).

Desde a lei orçamentária de 1990, votado em 13 de dezembro de 1989, esta é a primeira vez que os parlamentares aprovam a proposta dentro da sessão legislativa anterior

Congresso aprova Orçamento Geral da União para 1998

Por votação simbólica, o plenário do Congresso Nacional aprovou na tarde de ontem o substitutivo do relator, deputado Aracely de Paula (PFL-MG), ao projeto de Orçamento Geral da União para 1998. O texto final do substitutivo foi mantido tal como aprovado na Comissão Mista de Orçamento; duas emendas destacadas para votação em separado foram rejeitadas pelo plenário.

Desde o Orçamento de 1990, votado em 13 de dezembro de 1989, esta é a primeira vez que o Congresso aprova a lei orçamentária dentro da sessão legislativa anterior.

EMPENHO

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), atribuiu os resultados alcançados ao empenho do presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, e à diligência dos membros da comissão e das lideranças partidárias governistas e de oposição.

Na avaliação do deputado Sérgio Miranda (PCdoB), o Orçamento, que antes se caracterizava como obra de um "partido rodoviário" - pela hegemonia que as empenheiras tinham na sua elaboração -, agora reflete o que ele denominou de "partido financeiro". Apesar disso, "melhoramos a proposta que veio do Executivo", frisou, pois, "com todas as limitações à ação legislativa, refletimos uma parcela das contribuições do povo". Para o deputado, quando se trata de matéria orçamentária, a grande imprensa continua a ser fonte de desinformação ao insistir em tratar a atuação dos parlamentares sob a ótica da suspeição.



O plenário do Congresso: votação simbólica marca o empenho de todas as lideranças em entregar ao país um orçamento dentro do prazo

Uma pausa - e votação recomeça à tarde

A apreciação do Orçamento começou na sessão do Congresso que se realizou pela manhã. A reunião conjunta foi suspensa a fim de que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados pudesse votar a admissibilidade da reforma da Previdência. Ficou acertado que a sessão seria retomada às 15h. O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, disse que seu pensamento coincidia integralmente com o da oposição, que não queria suspender a sessão, mas aceitou a decisão da maioria, apurada a partir da manifestação das lideranças partidárias. A sessão foi inicialmente presidida

pelo deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI). Por volta das 11h20, o senador Antonio Carlos Magalhães assumiu a condução dos trabalhos, anunciando que seria iniciada a discussão do PL nº 25, que estima a receita e fixa as despesas da União para 1998 - projeto ao qual foram apresentadas, conforme informou o presidente, 8.969 emendas.

SUSPENSÃO

Assim que começou a discussão da matéria, o deputado Aldo Arantes (PCdoB-GO) pediu a suspensão da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, alegando que o Regimento impede o funcionamento das comissões

quando há votação em plenário. Antonio Carlos Magalhães disse que "na ocasião da votação as reuniões das comissões serão suspensas".

A oposição, por vários deputados, insistiu, sustentando que a votação do Orçamento era prioritária e que a comissão deveria encerrar seus trabalhos. O presidente decidiu então ouvir as lideranças sobre a suspensão ou não da sessão destinada à votação do Orçamento. A oposição votou pela continuidade da sessão, mas a maioria governista preferiu continuar a votação na Comissão de Justiça e interromper a apreciação do Orçamento.

Relator destaca esforço em busca do ajuste fiscal

O relator do Orçamento para 1998, deputado Aracely de Paula (PFL-MG), salientou no seu parecer que os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento mantiveram a principal orientação da proposta do Executivo: a continuidade do processo de ajuste fiscal do Estado.

Dos R\$ 438,6 bilhões dos orçamentos fiscal e da seguridade social, o refinanciamento da dívida pública federal abarcará R\$ 173,1 bilhões, enquanto os investimentos atingirão R\$ 8,4 bilhões, o que representará uma redução de 20% em relação aos investimentos autorizados no Orçamento de 1997.

A despesa com o paga-

mento de juros e encargos financeiros da dívida deverá totalizar cerca de R\$ 37,2 bilhões, 46% superior ao previsto no Orçamento de 1997, indicando que aquela despesa compromete crescentemente a capacidade de poupança/investimento do Estado.

ESTATAIS

Já no orçamento das empresas estatais, os investimentos previstos são da ordem de R\$ 16,5 bilhões, equivalentes a 1,8% do PIB. Comparativamente ao Orçamento de 1997, os investimentos das estatais registrarão um aumento de 5%. Os setores de telecomunicações, petróleo e petroquímica absorverão 69% dos recursos a serem aplicados.



Senadores e deputados membros da Comissão de Orçamento

Balanço das atividades mostra que dos projetos aprovados e enviados à sanção a maioria foi de iniciativa parlamentar

Senado apreciou 483 matérias durante o ano

Cinco emendas constitucionais incluem-se entre as 379 matérias aprovadas pelo Senado neste ano. Em 240 sessões, realizadas do dia 6 de janeiro até ontem, um total de 483 proposições foram apreciadas. A realização de reuniões em final de semana e a votação do Orçamento da União dentro do prazo, pela primeira vez nos últimos anos, são também dados significativos apurados no balanço das atividades do Senado em 1997.

A aprovação do projeto do novo Código Civil, que tramitava no Congresso Nacional há 22 anos, foi outra conquista registrada pelo Senado neste ano, assim como a conclusão da CPI dos Precatórios, a decisão de extinguir o IPC e a de derubar privilégios nas aposentadorias de parlamentares e magistrados.

A emenda permitindo a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos foi a primeira das cinco alterações à Constituição aprovadas em 1997, seguindo-se as da reforma da Previdência, da prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), a que estabelece o efeito vinculante das decisões do Supremo e a que limita a edição de medidas provisórias e proíbe a sua reedição.

A nova Lei Eleitoral está entre as matérias importantes aprovadas neste ano, assim como a criação do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, do programa de incentivo à complementação de renda mínima para famílias carentes, do Fundo de Combate ao Tráfico de Tóxicos e do Sistema Nacional de Armas.

Ainda em 1997, o Senado aprovou a Lei de Proteção de Cultivares, o Estatuto dos Garrimpeiros, novas normas para



O plenário do Senado votou matérias de grande repercussão na vida do país

o direito de resposta a noticiário de imprensa, a regulamentação do direito de *habeas data* (acesso a dados pessoais arquivados por órgãos do governo) e a aceleração dos procedimentos judiciais da reforma agrária.

DISCRIMINAÇÃO

O plenário também votou leis visando coibir: a discriminação racial; a improbidade administrativa e intermediação de verbas públicas; o nepotismo nas nomeações para cargos de confiança; a violência contra menores de 14 anos e contra pessoas com problemas mentais; e a prática de trabalho escravo.

Outras matérias votadas visam facilitar a vida do cidadão, como as que determinam: a gratuidade da primeira via das certidões de nascimento e óbito, para todos, e da segunda para

quem comprovar carência de recursos; o abono do dia de trabalho em que o empregado prestar exame vestibular; a autorização para aposentados que voltaram a trabalhar sacarem o FGTS ao deixar o novo emprego; a agilização da transferência de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH); e a transformação de toda pessoa em doador presumido de órgãos.

Dos projetos aprovados e enviados à sanção - 37 no total -, a maioria (22) foi de iniciativa parlamentar. Outros 183 foram promulgados e 109, enviados à Câmara. Aprovaram-se as indicações de 42 chefes de missões diplomáticas e autoridades e 1.115 requerimentos, de um total de 1.285 apreciados em plenário.

Aprovados R\$ 8,1 bi em créditos suplementares

Após a aprovação do Orçamento para 1998, o plenário do Congresso autorizou o Executivo a abrir, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, créditos suplementares e especiais no valor total de R\$ 8,1 bilhões, referentes a 56 projetos de iniciativa do governo. Desse total, R\$ 1,5 bilhão des-

tinam-se ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

Com 57 projetos de suplementação orçamentária na pauta, um deles foi retirado pelo líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), em atendimento a pedido feito pelo Bloco Oposição.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO

(de 6 de janeiro a 11 de dezembro de 1997)

Projetos aprovados e enviados à sanção:	
- de iniciativa parlamentar	22
- de iniciativa do Executivo	18
Projetos aprovados e promulgados	183
Projetos aprovados e enviados à Câmara	109
Propostas de emenda à Constituição:	
- aprovadas e promulgadas	2
- aprovadas e enviadas à Câmara	3
Indicação aprovada	1
Escolha de autoridades e diplomatas	41
Total de matérias aprovadas	379
Matérias arquivadas:	
- rejeitadas e prejudicadas	85
- retiradas	19
Total de matérias apreciadas	483

A Comissão de Assuntos Econômicos aprova projeto de lei da Câmara beneficiando as localidades mais pobres e criando mecanismos para a fase de transição, de modo a não alterar radicalmente o atual perfil de arrecadação

Novas regras no Fundo de Participação dos Municípios

Assegurar às localidades mais pobres melhor distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é o que estabelece projeto de lei da Câmara acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), nos termos do parecer do relator, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA).

O projeto especifica um coeficiente individual no Fundo de Participação, segundo o número de habitantes do município, e estabelece um período de transição, até o ano 2002, para os municípios que, no momento de vigência da nova lei, estejam enquadrados em coeficiente superior ao que seria determinado pela sua população efetiva. Segundo o relator, isso evita-

rá que sofram impacto imediato.

De acordo com o relator, passam a ser beneficiados pela reserva instituída pelo Decreto-Lei nº 1.881/81 os municípios que se enquadrem no coeficiente de "três inteiros e oito décimos"; isto é, com população acima de 142 mil.

Já às capitais mantém-se a participação conjunta de 10%, assegurado o coeficiente atribuído em 1997, mesmo que tenham perdido população. O projeto será ainda apreciado pelo plenário do Senado.



Serra preside a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

Projeto de Waldeck que adia isenção do ICMS vai a sanção

Foi aprovado pela Câmara dos Deputados na terça-feira e vai agora à sanção presidencial o projeto de lei complementar do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) que adia até o ano 2000 o direito de as empresas solicitarem crédito do ICMS pago sobre os bens de consumo adquirido por elas. O projeto havia sido aprovado no Senado dia 5 último.



Waldeck: aprovação dos deputados

Na sua justificativa, o senador argumenta que se aproxima a data da entrada em vigor do dispositivo da Lei Kandir que autoriza as empresas, a partir de 1998, a descontar o ICMS pago na compra de bens de consumo, como material de limpeza e de escritório no pagamento do ICMS sobre suas atividades. Atualmente, a isenção só vale para a compra de máquinas, equipamentos e instalações industriais.

- Não existe até o momento nenhuma avaliação precisa do impacto dessa nova concessão sobre as receitas estaduais e municipais. Por essa razão, é muito importante que adotemos, rapidamente, uma postura de prudência, prorrogando a entrada em vigor do mencionado dispositivo pelo prazo de dois anos, que julgamos razoável para que os efeitos possam ser melhor absorvidos pelos estados e municípios - justificou Waldeck Ornelas.

Bezerra critica falta de interesse do BNDES em investir na Amazônia

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) criticou a falta de interesse da direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em promover investimentos nos estados da região amazônica. Ele se disse apreensivo com o futuro do Programa Amazônia Integrada - PAI, lançado em 1994 - no governo Itamar Franco - para criar uma política industrial e empresarial mais agressiva naquela área.

Segundo Bezerra, o programa foi praticamente abandonado pela iniciativa privada local em consequência da omissão e da burocracia do BNDES para liberar empréstimos aos investidores que se sentem discriminados em relação aos do Sul/



Bezerra: desenvolvimento revertido

Sudeste. "Cansados do jogo de faz-de-conta, em que as promessas são torpedeadas por baixo, os empresários locais simplesmente jogaram a toalha", disse.

O senador apelou ao presidente do BNDES para que revitalize o PAI, revendo as exigências feitas pelo banco aos investidores do Amazônia Inte-

grada. Ele lembrou que, à época do lançamento, o programa dispunha de uma linha de crédito de RS 1 bilhão para aplicação durante o triênio 1995/96/97 em projetos de biointústria, agroindústria, aquicultura, turismo, beneficiamento de madeira, mineração e metalurgia e construção naval.

O PAI, informou Carlos Bezerra, deveria ser beneficiado por linhas de crédito oriundas do Fiem, Finame Agrícola, Finame Construção Naval e outras modalidades de fundos de desenvolvimento. A paralisação do programa, acrescentou o senador, decepcionou a população amazônica, "que vislumbrou a possibilidade de um surto de crescimento econômico-social".

Conselho de Contabilidade ganha mais 12 integrantes

Já está na Câmara o projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) estabelecendo que o Conselho Federal de Contabilidade será constituído por tantos membros quantos forem os conselhos regionais de contabilidade, eleitos, com igual número de suplentes. O projeto foi aprovado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), pre-

sida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA).

Na justificativa, Alcântara informa que o Brasil tem 27 unidades federativas e há igual número de conselhos regionais de contabilidade, enquanto a composição do CFC não ultrapassa 15 membros. "É preciso refletir a média do país, assegurando o direito à representação", disse.



Alcântara: recompondo o CFC

"Brasil, pela sua importância, tornou-se peça fundamental para a estabilidade da economia intra-regional", afirma senador ao ressaltar as responsabilidades do país

Tuma recomenda cautela com decisões que afetam Mercosul

Diante das repetidas crises econômicas mundiais, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) recomendou às autoridades econômicas maior cautela no tratamento de "questões de importância para o país" como o Mercosul, argumentando que a integração econômica é fundamental para a consolidação do Brasil entre as grandes economias mundiais. "O pacote fiscal afetou, no mínimo, nossos parceiros no Mercosul", alertou.

A globalização não permite que problemas econômicos fiquem restritos a determinadas regiões do mun-

do. O Brasil, pela sua importância, tornou-se peça fundamental para a estabilidade da economia intra-regional, numa demonstração de que as responsabilidades brasileiras vão além de suas fronteiras físicas - afirmou o senador.

Romeu Tuma chamou atenção para as revelações sobre o envolvimento de grandes instituições financeiras do Japão com o crime organizado. "Enquanto não se combater de forma efetiva o crime organizado, ninguém estará livre da chantagem e da extorsão, que podem fazer quebrar conglomerados e instituições financeiras", afirmou o senador,



Tuma: crise em questão de segundos

lembrando que a quebra dos bancos japoneses e de outros países asiáticos afeta diretamente o lucro de empresas ocidentais, especialmente as

norte-americanas.

A crise financeira internacional parece não ter fim. As autoridades monetárias mundiais parecem impotentes para controlar suas próprias economias. Os instrumentos clássicos das ciências econômicas já se mostram inadequados para aliviar os tremendos efeitos que podem ser produzidos por essa enorme massa de capitais voláteis que circulam de forma globalizada, em questão de segundos - alertou o senador. Ele disse que o governo está atento, "podendo apelar para novos instrumentos de política econômica, caso a crise internacional se agrave".

Lei paraguaia contraria integração regional, diz o chanceler na CAE

A intenção do governo do Paraguai de permitir que empresas estrangeiras se instalem no país em regime especial de importação foi criticada pelo ministro das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia, em depoimento prestado quarta-feira à noite na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A exposição do ministro foi considerada "objetiva, sintética, oportuna e bastante proveitosa" pelo presidente da CAE, senador José Serra (PSDB-SP).

A questão é muito importante para o Brasil porque, além de não gerar receita nem emprego, essa política adotada pelo Paraguai só contribui para ampliar o volume do contrabando na região - disse Serra, ao definir o mecanismo do governo paraguaio como "lei maquiata, ou seja, a arte de maquiagem que serve para atrair empresários e investimentos de capital brasileiro no Paraguai".

Serra indagou ao chanceler se, no âmbito do Mercosul, é permitido a um país criar unilateralmente uma política alheia aos interesses dos de-



Ao lado de Serra, Lampreia (ao microfone) explica a lei paraguaia

mais países, sem submeter os produtos à tarifa básica comum adotada pelo bloco. Segundo o ministro, o Mercosul "não admite que cada país crie sua zona franca em prejuízo à política tarifária dos estados membros".

A definição é de ordem política. No Mercosul, as contravérsias são resolvidas por meio de acordo político, e isso ainda não ocorreu porque a situação paraguaia ainda não entrou em prática - esclareceu Lampreia.

O ministro informou que a vigência de medidas adotadas pelo governo paraguaio "compromete a inserção do Paraguai na política do Mercosul,

além de prejudicar profundamente as relações comerciais com o Brasil".

A presença de Lampreia na CAE deveu-se a requerimento do senador Jefferson Pères (PSDB-AM).

Lampreia esclareceu que a medida já provoca atração de investimentos do empresariado brasileiro, e que o Paraguai pode exportar produtos para o Brasil, desde que pague tarifa comum aos países do Mercosul. "Desde o início de 1997 a delegação brasileira já manifestou o seu descontentamento, mas o governo daquele país não tem demonstrado disposição de negociar nenhuma flexibilidade sobre o assunto".

Cariocas têm permissão para rolar dívidas de 98

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aprovou ontem parecer favorável a solicitação da prefeitura do Rio de Janeiro para emissão de letras financeiras do tesouro municipal, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1998. A matéria foi relatada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e irá a plenário. O presidente da comissão, senador José Serra (PSDB-SP), atendeu pedido de vista do líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), a projeto de lei da Câmara que inclui as liquidações do Banco de Roraima (Banroraima) e da Companhia Usinas Nacionais (CUN) no rito processual da Lei nº 8.029/90.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sobre os reflexos do pacote econômico na agricultura brasileira (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate com a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e Pedro Moleiro, do Unicef, sobre a situação das crianças no Brasil (inédito)
- 9h - Sessão plenária deliberativa (vivo)
- Logo após: Comissão de Assuntos Econômicos de 12/12 (pré-gravada)
- 15h - Comissão de Assuntos Econômicos - audiência pública com o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia (pré-gravado)
- 16h - Sessão plenária (reapresentação)
- 19h30 - "Sete Dias na Semana" - entrevista com o senador José Eduardo Dutra (PT-SE)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h30 - "Fala Cidadão"
- 1h - "Sete Dias na Semana" (reapresentação)
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

DESTAQUE DA PROGRAMAÇÃO DO FIM DE SEMANA:

SÁBADO

- 10h - Comissão de Constituição e Justiça do dia 10/12 - (reapresentação)
- 14h - Sessão conjunta do Congresso Nacional - votação do Orçamento da União (reapresentação)

DOMINGO

- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos - audiência pública com o ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia (reapresentação)
- 14h - Sessão conjunta do Congresso Nacional (reapresentação)

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 8h45 - "Plenário em Revista"
- 9h - Sessão plenária
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária

SÁBADO

- 8h - Resenha da semana (plenário)
- 10h - Resenha da semana (Comissões/Presidência)
- 10h30 - "Autores e Livros"
- 11h - "A Música Erudita e Seus Mestres"
- 15h - Resenha da semana (plenário)
- 16h - "A Boa Música do Brasil"
- 22h - "Século XX"

DOMINGO

- 8h - Resenha da semana (plenário)
- 10h - Resenha da semana (Comissões/Presidência)
- 11h - "A Música Erudita e Seus Mestres"
- 15h - Resenha da semana (plenário)
- 16h - Resenha da semana (plenário)
- 17h - "Século XX"
- 19h30 - "Autores e Livros"
- 22h - "A Boa Música do Brasil"

Sancionada no dia 10 pelo presidente da República, lei já recebe primeira proposta de alteração. Objetivo do senador é ampliar o benefício para famílias carentes

Suplicy pede renda mínima maior

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que apresentou ontem projeto de lei alterando a equação que fixa o benefício a ser concedido às famílias pobres com filhos na escola, contida no projeto que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro aos municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados à educação. O projeto foi sancionado no dia 10 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Pela proposta de Suplicy, o apoio financeiro às famílias



Suplicy: programa deve combater a pobreza e manter as crianças na escola

seria correspondente a 40% do valor encontrado na multiplicação do número de membros da família, descontada a renda familiar. Na justificação do projeto, o senador argumenta que essa equação possui um efeito distributivo maior para fa-

mílias de mesma composição, mas renda *per capita* diferente, do que o cálculo previsto na lei sancionada.

O projeto de Suplicy estabelece ainda que, em função da disponibilidade de recursos, a União poderá alterar a alíquo-

ta de 0,4 dessa fórmula. "Desse maneira, a fórmula ficaria consistente com qualquer restrição orçamentária", justificou.

O senador informou ainda ter enviado carta ao presidente Fernando Henrique comunicando a apresentação do seu projeto e manifestando sua esperança de que a equipe econômica analise a questão o quanto antes, "para que o programa de renda mínima comece de forma correta, cumprindo o seu objetivo de reduzir a pobreza e manter crianças na escola".



Boaventura: inibir violência

Boaventura ataca violência contra menor

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) alertou para a violência praticada contra a criança no país, especialmente dentro de casa. Ele citou dados do governo do Distrito Federal que registram, até setembro, 7 mil e 500 fatos de violência contra menores, este ano, em Brasília, e considerou urgente que Estado e sociedade adotem mecanismos eficientes para inibir as práticas contra a integridade física e psíquica da criança.

Boaventura ressaltou os resultados do II Fórum de Debates - A Criança e a Violência, realizado pela Fundação do Amparo ao Menor dos Diretores Lojistas de Brasília. Conforme disse, as discussões do evento traduziram uma realidade preocupante: apenas a SOS Brasília recebe uma média mensal de 600 a 800 denúncias de maus-tratos a crianças, das quais 70% são praticados pelos pais.

O fenômeno dessa agressividade que chamou de "violência invisível" não é prerrogativa brasileira, analisou Boaventura, tendo provocado manifestações no âmbito da Organização das Nações Unidas: "É inacreditável que o mundo chegue às portas do terceiro milênio, desfrutando de tecnologias avançadíssimas e globalizantes, de formidáveis recursos para o bem-estar de todos, de abrangentes conhecimentos e instrumentos pedagógicos, e o ser humano continue mais cruel do que qualquer animal".



Bedita: "Um órgão que luta pelo bem-estar das crianças"

Benedita registra 51º aniversário do Unicef

A senadora Bedita da Silva (PT-RJ) cumprimentou o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) pelo seu 51º aniversário, comemorado ontem. "O bem-estar da criança tem sido a motivação e o objetivo fundamental do Unicef durante mais de 50 anos", disse.

Benedita lembrou que o organismo foi criado em 1946 para desenvolver políticas em favor de crianças após a 2ª Guerra Mundial, quando milhões de menores precisavam de atendimento de emergência. "Ainda hoje, vergonhosamente, as crianças são as maiores vítimas de conflitos armados e das crises sociais e econômicas", afirmou.

Conforme a senadora, além do atendimento a crianças e adolescentes, o Unicef garante ajuda a vítimas de enchen-

tes, de fome e de conflitos políticos. Os projetos são financiados com recursos de governos, ONGs e doações particulares.

Benedita registrou ainda a manifestação das delegações presentes à 2ª Conferência Nacional de Assistência Social, que, segundo ela, estão preocupadas com medidas que contrariariam os direitos sociais fundamentais do cidadão, como os da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

As delegações, disse, reivindicam a regulamentação da Loas, para prevenção contra possíveis alterações, e esperam a aprovação do projeto de lei regulamentando a transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, em tramitação no Senado.

Amin nega catástrofes em SC e convida turistas ao estado

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) disse que o noticiário "tendencioso e impreciso" sobre os efeitos do *El Niño* vem causando graves prejuízos ao turismo de Santa Catarina. "O meu estado não foi, até este momento, atingido por qualquer outra inundações senão a de hipóteses meteorológicas alarmistas", esclareceu.

De acordo com o senador, a "propaganda negativa" constitui uma séria ameaça para o grande número de catarinenses que tiram seu sustento do turismo receptivo. Conforme assinalou, o noticiário impreciso não prejudica apenas os milhares de empreendimentos privados catarinenses que apostam no turismo, mas também os municípios e o estado, que têm suas arrecadações tributárias "solapadas" pelo desaquecimento das atividades do setor.

- Nós, catarinenses, estamos profundamente inconformados com o tratamento jornalístico que vem sendo dado pela mídia nacional ao impacto do *El Niño* e à calamidade das cheias na região Sul. O noticiário tem enfatizado a gravidade das cheias, que atingem algumas áreas. O que não podemos aceitar é o caráter genérico dessas notícias, que não precisam as áreas atingidas - afirmou.

Amin informou que os efeitos da "propaganda adversa" já foram sentidos por ocasião das festas típicas realizadas pela colônia alemã em outubro. Conforme explicou, as tradicionais *oktoberfest* receberam um fluxo de turistas reduzido.

- Santa Catarina não está sofrendo com o flagelo das cheias e espera, de braços e corações abertos, a visita dos turistas brasileiros e de todo o mundo - frisou.



Noticiário sobre efeitos do *El Niño*, disse Amin, é tendencioso